

Os direitos das grávidas e o SNS

Intervenção de Catarina Alves

Os recentes anos foram marcados pela falta de médicos ginecologistas e obstetras no SNS. A situação tem vindo a extremar-se e, neste verão de 2022, foram reportadas mortes de mães e de bebés como consequência do fecho das urgências de obstetrícia e do longo transporte até ao hospital mais próximo. Onde deveria ter existido um reforço dos profissionais e serviços de saúde, houve fecho de maternidades com base em explicações economicistas e em ditas prudências relativamente ao número de partos. É inaceitável que ocorra um vazio a nível de cuidados que deixe as gestantes sem assistência e as force à violência de percorrer longos quilómetros, pondo em risco a sua sobrevivência e dos bebés.

A degradação do SNS teve e tem um impacto negativo evidente não só na assistência ao parto, como no acompanhamento da gravidez e o resultado está à vista: em 2020, Portugal atingiu a taxa de mortalidade materna mais elevada dos últimos 38 anos. É imprescindível garantir o acompanhamento durante a gravidez e o pós-parto, mas também durante o período pré-concepcional, para identificar atempadamente problemas e reduzir a taxa de complicações e de mortalidade.

As grávidas veem-se à mercê de serviços que não lhes apresentam garantias e, perante esta situação, começam a procurar outras alternativas. O clima de medo é favorável ao sistema instaurado, que dele se aproveita para incentivar soluções como os partos em casa ou em hospitais privados. É essencial aqui realçar que o parto domiciliário não está integrado no SNS, ou seja, exige uma equipa médica que terá de ser paga (geralmente entre os 1200€ e os 5000€), e, tal como nos hospitais privados, diretamente do bolso dos utentes. Estas soluções não servem as populações e são externas ao nosso direito à saúde, como consagrado na Constituição da República Portuguesa. O que também não vem a ser dito é que, quando surgem complicações médicas, os partos do privado acabam a ser transferidos para o público. Não ficamos surpreendidas, mas ficamos indignadas por observar a forma como o capital se aproveita dos nossos corpos e dos nossos medos para criar uma guerra aberta ao SNS.

O desinvestimento no SNS afeta as grávidas, as suas famílias, os profissionais de saúde e a saúde pública, resultando em atentados aos direitos das mulheres, que veem o seu bem-estar e vida postas em risco. Só com cuidados materno-infantis de qualidade se pode garantir a saúde física e mental das mulheres e dos recém-nascidos. Porém, se todos os problemas de financiamentos do SNS fossem hoje resolvidos, a questão em torno dos direitos na gravidez e no parto não terminaria por aqui.

Urge a formação dos profissionais de saúde para atenderem às componentes psicossociais em torno da gestação. Uma grávida não é uma doente e, como tal, o seu acompanhamento não se pode cingir a actos médicos. É necessário contrariar a excessiva medicalização da gravidez através da humanização dos cuidados. As grávidas têm direito à plena informação, a verem os seus planos de parto cumpridos e a serem ouvidas, respeitadas e compreendidas. A condição social da mulher, marcada por desigualdades que se estendem até aos cuidados de saúde, e o espírito

economicista que tende a desconsiderar a componente humana têm de ser contrariados. Mulheres com menor acesso à informação e que não conhecem os seus direitos têm mais facilmente os mesmos direitos ocultados e atropelados.

Somos responsáveis, enquanto MDM, por lutar por isto mesmo, nunca esquecendo que a ampla informação e maior literacia sobre saúde despertam uma maior consciência e capacidade de exigir e lutar pelos nossos direitos.

Viva as mães! Viva o SNS! Viva o Movimento Democrático de Mulheres!